

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 806 - de 4 a 18 de maio de 2017

28 DE ABRIL, TRABALHADORES PARARAM O BRASIL



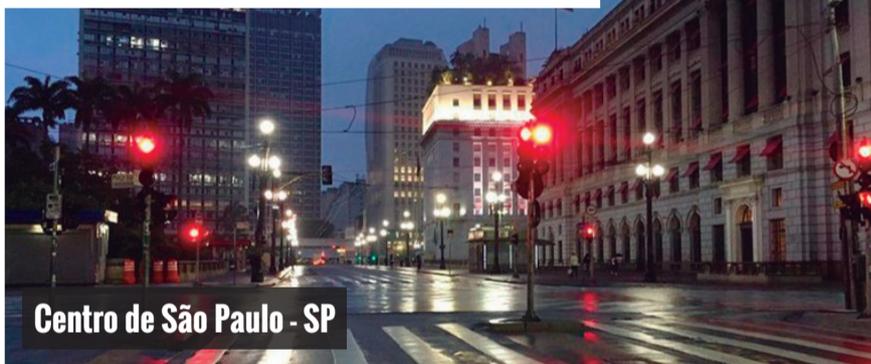
Cuiabá - MT



Rio de Janeiro - RJ



Guarulhos - SP



Centro de São Paulo - SP



Curitiba - PR



6º CONGRESSO DO PT

Situação aberta no país pede uma saída política:
Fora Temer, Lula Presidente com Constituinte Soberana

Partido

10 de maio em Curitiba,
em defesa de Lula
pág. 4

Luta de Classe

Depois do 28 de abril,
em discussão a continuidade
pág. 8

Nacional

Desemprego atinge 14,2
milhões de brasileiros
pág. 9

Eleições na França

Nem Macron,
nem Le Pen
pág. 11

Jovens na greve geral

Paralisando faculdades e em piquetes com trabalhadores, juventude presente em 28 de abril

Na maior greve geral dos últimos tempos no Brasil segundo a CUT, jovens e estudantes de todos os estados juntaram-se aos trabalhadores para dizer não às Reformas da Previdência e Trabalhistas.

Com descontração e bastante aguerida, a presença de jovens foi notada desde as primeiras horas do dia 28 de abril, ajudando na paralisação do transporte, em piquetes em fábricas e universidades e agitando suas bandeiras e faixas nos atos e manifestações que ocorreram pelo Brasil afora.

Publicamos abaixo alguns relatos de militantes da Juventude Revolução que participaram desta luta em diversos estados.

Santa Catarina

“Em Joinville ajudamos fechar às 6:00 horas o terminal de ônibus da cidade por 2 horas. Em seguida participamos do ato unificado e do trancamento da rótula do Distrito Industrial. Fizemos ainda piquete na Univille com militantes de 3 cursos.



Em Florianópolis, fizemos no dia 25 assembleias nos cursos de Letras e Arquitetura da UFSC que aderiram à greve. A Juventude Revolução esteve na assembleia das três categorias e construiu com estudantes e Centros Acadêmicos a chamada para vigília no hall da Reitoria. Durante a madrugada produziu-se faixas que foram colocadas nos prédios de alguns centros e da reitoria, além de tentativa de travar as rótulas de acesso a UFSC com piquetes (foto). A Polícia Militar logo apareceu para impedir e prendeu uma estudante. Estudantes impediram a

passagem de carros, dialogando com população e panfletando pela manhã. No ato, pela tarde, a Juventude Revolução participou com coluna de mais de 30 estudantes, com faixas e palavras de ordem sobre a greve geral com adesão da base estudantil que acompanhava”.

Amazonas

“O grito nas ruas era “Você aí sentado não será aposentado” e “Fora Temer”. A manifestação se concentrou atrás do Bumbódromo e saiu pelo centro de Parintins com acadêmicos e professores da UEA, UFAM e IFAM”.

Bahia

“Ajudamos paralisar UFRB em Amargosa e Cruz das Almas. Em Vitória da Conquista ajudamos no piquete na fábrica de calçados DASS e em Camaçari no trancamento das vias de acesso às fábricas do Pólo-Petroquímico”.

Rio de Janeiro

“Em Volta Redonda participamos às 4:00 horas do piquete na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Às 6:00 horas fomos ajudar na paralisação dos ônibus na rodoviária. No final do ato na Praça da Juarez fizemos reunião de balanço com 10 jovens”.

São Paulo

“Participamos de piquetes dos Metroviários, da Petrobras e da Universidade Federal do ABC, com o Sindicato dos Professores. Participamos também de atos regionais e na capital onde tivemos uma coluna da JR”.

Daqui pra frente, é manter a mobilização e se engajar nas próximas atividades chamadas pela CUT e centrais, especialmente nas escolas e universidades onde as entidades estudantis, como a UNE, deveria mobilizar de verdade os estudantes.

Ações de repressão da PM vitimam dois estudantes

Num país sob golpe, policiais militares sentem-se livres para atacar

Mateus Ferreira da Silva, estudante da Universidade Federal de Goiás (UFG), seguia internado no momento do fechamento desta edição, após ter sofrido traumatismo cranioencefálico e múltiplas fraturas no rosto. Mateus foi vítima do capitão Augusto Sampaio de Oliveira Neto, que durante ação de repressão da Polícia Militar de Goiás contra o ato que ocorria durante a greve geral desferiu um golpe de cassetete contra a cabeça do estudante, com força suficiente para quebrar o instrumento. Várias testemunhas afirmam que a PM desferia golpes a esmo em que se encontrava no local que antes havia tido a manifestação. Afirmam também que a PM impediu a chegada do socorro médico até Mateus, que ficou caído no chão após a agressão, e que quando outros alunos da UFG o transportaram em um tapume até os Bombeiros, foram atacados com spray de pimenta.

No Dia do Trabalhador, 1º de maio, a Polícia Militar de Minas Gerais invadiu a Ocupação Manoel Aleixo, na cidade de Mário Campos, sem mandado judicial. Na ação, os PMs atiraram no rosto da jovem Nathaly Gabriela, de 14 anos! O tiro de borracha foi dado a curta distância e atingiu a região da boca de Gabi, militante do movimento de moradia e da União da Juventude Rebelião, fazendo com que ela perdesse muito sangue e tivesse de

ser submetida a uma cirurgia. As 100 famílias que ocupavam o local em nenhum momento agiram de forma violenta.

Vítimas da ação de uma polícia que só sabe reagir com extrema violência quando o povo se levanta contra a retirada de direitos trabalhistas, quando se organiza para conquistar o direito a moradia, o que aconteceu com Matheus e Gabi só reforça a



O estudante Mateus, no momento que foi agredido pela PM

necessidade mais do que urgência da desmilitarização da PM.

Priscilla Chandretti

LIBERDADE PARA RAFAEL BRAGA

Em 2013, Rafael Braga, negro e morador da favela Vila Cruzeiro (na cidade do Rio de Janeiro), foi o único condenado na justiça. Ele havia sido detido por portar embalagens lacradas de pinho sol, durante uma manifestação da qual não fazia parte. Em janeiro do ano passado, Rafael cumpria o regime aberto, com uso de tornozeleira eletrônica, quando foi vítima, segundo seus advogados, de um “flagrante forjado”. Ele afirma que foi torturado e ameaçado de estupro e de ser incriminado caso não delatasse traficantes da região. Durante a audiência no Tribunal de Justiça, os dois policiais que registraram a ocorrência se contradisseram mais de uma vez. Ainda assim, Rafael foi condenado a absurdos 11 anos e três meses de prisão por porte de drogas e associação ao tráfico - por levar, segundo os PMs, 0,6 grama de maconha, 9,3 gramas de cocaína e um rojão.

STF contra Universidade Pública

Ministros aprovam cobrança de taxa, derrotada na Câmara Federal

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu dia 26, por 9 votos a 1, que universidades públicas podem cobrar mensalidades em cursos de especialização lato sensu. Relator, ministro Edson Fachin, acatou recurso da Universidade Federal de Goiás que contestou decisão do TRF-1 considerando esta cobrança inconstitucional.

Em tempos de golpe, o STF decidiu golpear, atacando o direito constitucional à gratuidade do ensino público e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, mas, sobretudo, atropelando o resultado da votação na Câmara dos deputados que já havia rejeitado, no final de março, por insuficiência de votos, a PEC 395/14 que permitiria este tipo de cobrança nas universidades públicas.

Essa decisão, típica de poder ditatorial, só realça o papel nefasto do judiciário nesse período de exceção, se alçando acima dos outros poderes, como o legislativo, como se tivesse mandato para alterar leis.

A Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) são contra qualquer cobrança nas universidades públicas.

28 de abril e a responsabilidade do PT

A força da greve geral, escondida pela mídia, mas presente nas organizações dos trabalhadores e na vida das famílias trabalhadoras, aprofundando o que se anunciava em 15 de março, abriu uma nova situação no Brasil.

Apesar do golpista e seu Congresso pretenderem prosseguir na guerra, o recado dado é inequívoco.

Se eles pretendiam, protegidos pelas quatro paredes do Congresso, do Palácio do Planalto, pela imprensa burguesa, todos paus mandados do capital financeiro internacional, lançar as bombas contra os direitos, os empregos e a soberania nacional, o 28 de abril mostrou que do outro lado da trincheira uma força maior se constrói.

A unidade e a amplitude demonstrada, com o envolvimento das mais diversas categorias na greve geral, abriram as comportas de uma resistência que só tende a aumentar. Pois foi a vontade de derrotar o desmonte dos direitos e da nação que se expressou de norte a sul, de leste a oeste, do país.

As centrais sindicais iniciam a discussão sobre a continuidade. Uma "ocupação" de Brasília e uma nova greve geral estão na pauta. O certo é que com o passo dado dia 28, todos juntos poderão dar um passo maior.

Um passo que confirme a recusa de qualquer negociação com este governo golpista. Um passo capaz de impor a retirada da con-

trarreforma da previdência e de bloquear a contrarreforma trabalhista, já aprovada na Câmara Federal. Um passo que faça esboroar os pilares que forjaram e sustentam o golpe, e reverta a destruição dos direitos, da democracia e da soberania, colocada em marcha há um ano, no dia 12 de maio quando Temer assumiu o Planalto, com impeachment, sem crime de responsabilidade, da presidente Dilma.

“QUEM ESTÁ PASSANDO FOME NÃO PODE ESPERAR ATÉ 2018”

O Brasil de maio de 2017 é o país dos 14,2 milhões de desempregados, de aumento da violência no campo, contra os trabalhadores sem-terra e os povos indígenas. É o Brasil onde a Polícia Militar dá cacetadas na cabeça de jovens que legitimamente se manifestam, e lança bombas a bel-prazer.

Esta situação tem que ser detida e revertida. E isso é possível com a força e a disposição demonstrada no 28 de abril.

No dia seguinte à greve geral, ocorreu, com milhares de presentes, um ato na cidade do Rio Grande (RS), em defesa do Polo Naval que está sendo destruído pela Operação Lava Jato e pelo desmonte do regime de partilha do Pré-Sal. No ato Lula afirmou que como candidato, ele poderia “esperar até 2018, mas

quem tá passando fome não pode esperar até 2018”. É isso mesmo!

Por isso, os que fizeram a greve geral do 28 de abril, deram esse recado: Fora Temer!

É preciso derrotar as contrarreformas. Os trabalhadores com seus sindicatos estão fazendo a sua parte.

Mas é preciso abrir uma saída política. Ela existe: é antecipação das eleições, Lula presidente com uma Constituinte para anular as medidas dos golpistas e reformar as atuais instituições que travam as reformas populares, como a reforma agrária para acabar com os assassinatos no campo, dando a terra a quem nela trabalha.

É preciso recuperar para a nação tudo que foi roubado. No mesmo ato em Rio Grande Lula disse que quer voltar a “ser presidente para impedir a destruição do país pelas multinacionais”. Só com uma Constituinte Soberana poderá estabelecer novas instituições para sustentar um projeto de nação soberana. Pois o atual Congresso, como ficou demonstrado na quebra do regime da partilha, o que quer é entregar o Pré-Sal às petrolíferas estrangeiras.

Não há mais tempo a perder! Os Congressos Estaduais do PT que ora se reúnem, devem se constituir num passo à frente, na necessária unidade pela reconstrução do PT, para que o 6º Congresso nacional coloque o partido à altura da responsabilidade a que está chamado depois do 28 de abril.

2016, O ANO MAIS VIOLENTO DESDE 2003

Em 17 de abril a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dados sobre os conflitos no campo no país. Os assassinatos aumentaram de 50 em 2015 para 61 em 2016. As ameaças de morte aumentaram de 144 para 200 e as agressões subiram de 187 para 571, tornando o ano de 2016 o mais violento desde 2003.

Segundo a CPT, a maior parte dos conflitos é consequência de disputas por terra ou água e as vítimas são camponeses, posseiros, indígenas e líderes quilombolas, além de um sindicalista, um funcionário público e um pequeno proprietário de terra. E a violência prossegue em 2017.

CHACINA DE TRABALHADORES RURAIS

Em 20 de abril nove trabalhadores rurais foram assassinados no município de Colniza (MT) por pessoas encapuzadas que invadiram a gleba Taquariçu do Norte.

Segundo nota da CPT em 2004 as famílias de Taquaruçu do Norte foram expulsas do assentamento por homens fortemente armados. Os trabalhadores rurais acionaram a Justiça, que decidiu em favor deles. A CPT atribuiu a violência a fazendeiros que atuam na região em associação com uma organização de extração de madeira ilegal. Uma comitiva da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), presidida pelo deputado Paulão (PT-AL), com a participação dos deputados João Daniel (PT-SE), Nilto Tatto (PT-SP) e Sâguas Moraes (PT-MT) foi a Colniza apurar a chacina. A comitiva defende a federalização da apuração do crime.

DIRIGENTE DO MST EM MINAS GERAIS É ASSASSINADO

Em 24 de abril o dirigente regional do MST, Silvino Nunes Gouveia, 51, foi morto com dez tiros. O crime aconteceu no Assentamento Liberdade na cidade de Periquito no Vale do Rio Doce, região com mais de 1.200 famílias em cinco acampamentos. Em nota o MST de MG exige o assentamento das famílias e a imediata apuração e punição dos criminosos.

Memória

1º DE MAIO NA POLÔNIA, CONTRA OS STALINISTAS

1º de Maio: ao chamado do Solidariedade, dezenas de milhares de trabalhadores e jovens foram às ruas, enfrentando-se com as forças da repressão stalinista. De nada adiantaram as ameaças da burocracia, a feroz perseguição aos dirigentes do Solidariedade e das organizações independentes dos trabalhadores, a continuidade dos processos, condenações e prisões. De nada adiantou o impressionante aparato repressivo mobilizado antes e durante as manifestações do 1º de Maio. Aparato que assassinou o jovem Smagur, na cidade de Nova Huta. As manifestações aconteceram em mais de 20 cidades, envolvendo 100 mil pessoas, apesar da intensa campanha feita pela hierarquia católica, que (...) pedia um “clima de conciliação nacional” (...).



O Trabalho nº 197 – 5/5/1983

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

10 de maio: Moro frente a Lula

Habeas Corpus solta José Dirceu; FMI apóia Lava-Jato

Dia 10 será o depoimento de Lula em Curitiba, frente ao juiz Moro, no coração da Operação Lava-Jato.

A atenção da nação seguirá o evento, Curitiba deverá ser tomada por uma manifestação com caravanas de outros estados, centrada na defesa de Lula - candidato do PT, líder nas intenções de voto em todas pesquisas. Mas, naturalmente, também aparecerá a exigência de liberdade para outros presos políticos do PT em Curitiba, João Vaccari, ex-tesoureiro, e Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda, que são vítimas de perseguição jurídico-midiática junto com Zé Dirceu.

No momento, Dirceu acaba de ser libertado (precarosamente) por um "habeas corpus" aceito no STF. Não está clara a sequência, mas é uma vitória parcial na luta contra o arbítrio do Judiciário, que mantém presos sem condenação, como forma de pressão e tortura para forçar "delações".

Na verdade, o depoimento de Lula e a ação que Moro pode tomar (decretar prisão etc.), influirão no rumo da implantação do "estado de exce-

ção", que os procuradores e a Polícia Federal, com cobertura do Supremo Tribunal Federal, vêm dando desde a Ação Penal 470 (mensalão), rumo à uma espécie de ditadura do Judiciário ("bonapartismo"). Já se violam as regras legais e ele extrapola sua competência, sobrepondo-se aos poderes Legislativo e Executivo, com o mal disfarçado apoio dos EUA à operação, inclusive abastecendo os procuradores de "dados".

FMI: "Judiciário, o melhor investimento"

O que não se tinha visto, era o FMI de público intervir tão diretamente nesse terreno, nada econômico. Seu vice-diretor desde 2011, David Lipton (ex-diretor de Assuntos Econômicos Internacionais do Conselho de Segurança Nacional no governo Obama), respondeu como "avalia os efeitos da Lava Jato" (OESP 25/04): "Vamos ver pelo lado positivo. As reformas no sistema Judiciário podem se revelar o melhor investimento que o Brasil já realizou, porque o sistema Judiciário

agora funciona incrivelmente bem, em uma situação de stress e no momento mais importante. O sistema Judiciário hoje é uma fonte de força e credibilidade no Brasil".

As "reformas" que desde a Constituição de 88 criaram esse monstro Judiciário (MP etc.), foi "o melhor investimento"!

O que está em jogo

Em Curitiba, estará em jogo também o destino do regime golpista de Temer, que foi produzido pela perseguição jurídico-política articulada para derubar o PT do governo, pelos partidos patronais, inclusive "aliados", a mídia e o empresariado nacional e internacional. Junto com isso, a Lava-Jato desmantelou setores da economia nacional aprofundando a recessão e o desemprego de milhões.

Isso só foi possível porque a cúpula PT e o governo à época, tardaram a reagir à altura, confiando - é o fato - no funcionamento das instituições, como se elas não tivessem um claro caráter de classe. Aliás, até há pouco

havia quem no PT visse a Lava-Jato como "positiva".

Agora, afinal, existe esta mobilização interna do PT e de sua base social organizada, sindicatos e movimentos, que é preciso levar o mais longe possível, pois é também a defesa das organizações populares e da nação que estão em jogo.

A preservação da liberdade de Lula é, no momento, uma necessidade absoluta para dar ao povo os meios de uma saída a mais rápida e incruenta ao governo de desastre dos golpistas pró-imperialistas, pela antecipação da eleição de Lula com uma Constituinte para anular as medidas dos golpistas e fazer as reformas populares.

03.05.2017, Markus Sokol

As fraudes e o fim do PED

Mortos votaram no "processo Eleitoral direto" (PED) em cidades de São Paulo, e em outras listas de votantes foram preenchidas pela mesma letra, tanto que a Executiva Nacional anulou.

Em Minas Gerais, houve cidades com índices de 100% dos votantes na mesma chapa, ou se pretendeu ter feito o PED no recinto de dezenas de Câmaras, cujos presidentes negam que ocorreram. Elas devem ser anuladas.

Essas dezenas, se não forem centenas, de casos no país todo, merecem a condenação política. Os beneficiários são as chapas da maioria, CNB, que por ser maioria tem mais espaço e meios de burlar. Mas não é exclusivo, pois ocorreu também de anular eleições favoráveis ao segundo "bloco", o Muda PT.

Por que, então, essa incidência e nos principais colégios eleitorais?

O PED está falido. Desde 2001, ele verticalizou a disputa num partido que nasceu "de baixo para cima". O filiado, agora "cidadão passivo", exerce um direito de voto a cada 4 anos, em plataformas entregues pelas tendências nacionais. Muitas lideranças locais prometem uma meta de votos e depois saem a campo, o que foi corrompendo o processo, pelos hábitos de financiamento existentes nas eleições institucionais.

A única solução para a volta do PT para a militância, é acabar com o PED e voltar aos Encontros de delegados deliberativos aonde as direções de base são eleitas e delegados mandatados para elegê-los nos níveis superiores.

"Quem tá passando fome não pode esperar até 2018"

Em defesa do Polo Naval Lula diz que é preciso impedir a destruição do país pelas multinacionais



Em 29 de abril, numa bela tarde de outono, a cidade de Rio Grande (RS), recebeu caravanas vindas de mais de 30 outras cidades do estado, uma delas, de jovens universitários estudantes da UNIPAMPA - Universidade Federal criada durante o governo de Lula - além de Dilma e dezenas de dirigentes e parlamentares do partido, o Prefeito da Cidade (Alexandre Lindemayer do PT), todos, juntamente com os trabalhadores de Rio Grande, assistiram com entusiasmo e atenção o Ato Público "Em defesa do Polo Naval e do Conteúdo Local." No dia

dia seguinte a greve geral, todos ainda refletiam sobre suas consequências e seus desdobramentos.

Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional do Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT) explicou o impacto positivo quando a Petrobrás decidiu pela construção navios petroleiros, plataformas e sondas no país e exigir conteúdo nacional: "os estaleiros nacionais, foram destruídos no período de Collor e FHC. Em 2014, chegamos a mais de 70 mil trabalhadores." Ele explicou que agora já foram perdidos mais de 31 mil empregos diretos.

Dilma voltou a dizer que "sofreu um golpe por um bando de corruptos", quando foi interrompida por um "Fora Temer".

O presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, era ovacionado cada vez que se referia à greve geral, encerrou sua fala com: "Fora Temer, nenhum direito a menos, Eleições Diretas Já, Constituinte!"

Lula, ao final, fez algumas afirmações importantes, sobre a Globo: disse que "não se presta mais a transmitir informações, mas em tentar destruir o PT, Dilma e Lula", ao que a multidão respondeu com: "o povo não é bobó, fora a rede globo".

E ao dizer, que, "vamos voltar e vamos recuperar a indústria naval desse país", foi ovacionado com o coro "volta-Lula"... e logo depois afirmou, "Eu posso esperar até 2018, mas quem tá passando fome não pode esperar até 2018". E disse que quer "voltar a ser presidente para impedir a destruição do país pelas multinacionais".

O Diálogo e Ação Petista (DAP) gaúcho ajudou na organização das caravanas em várias cidades e esteve presente no Ato com uma faixa (veja a foto).

Laércio Barbosa

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



NA PAUTA, A RECONSTRUÇÃO DO PT

A situação após a greve geral de 28 de abril destaca a responsabilidade do partido

Às vésperas dos Congressos Estaduais do PT, fica cada vez mais forte na militância a convicção de que são necessárias mudanças profundas na política e no funcionamento do partido, para que possa fazer frente ao novo momento da luta de classes, evidenciado na histórica greve geral de 28 de abril.

As chapas de Unidade pela Reconstrução do PT reúnem-se em vários

estados. O Diálogo e Ação Petista, que apresentou sua tese nacional, elaborou emendas sobre os pontos da ordem do dia dos Congressos Estaduais. Também em relação ao 6º Congresso Nacional, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista publicou nesse 3 de maio um comunicado de apoio à companheira Gleisi Hoffman à presidência do PT.

COMUNICADO AOS PETISTAS APOIO A GLEISI PARA PRESIDENTE DO PT



de fato contra o governo Temer, naquele mesmo dia 28.

A senadora Gleisi comentou alguns destes pontos, explicou sua visão

do 6º Congresso e do tipo de direção renovada e colegiada que quer construir.

O Comitê Nacional do DAP, então, diante da convergência de ideias decidiu apoiar a candidatura de Gleisi como uma escolha oportuna para sinalizar para a unidade do partido, sem acordos de conciliação com os golpistas. O DAP valoriza a disposição da companheira construir uma direção coletiva.

O Comitê Nacional do DAP saúda a disposição do companheiro Lindberg Farias, também candidato a presidente, de

construir uma agenda unitária por meio de debates, ainda antes do 6º Congresso.

Por fim, o Comitê Nacional do DAP reafirma a disposição de avançar sobre a base de nossas propostas comuns, sem prejuízo dos “cinco pontos”, desde as resoluções e direções que serão votadas nos Congressos Estaduais este fim de semana em todo país, para a tão necessária Unidade pela Reconstrução do PT.

Em nossa opinião, é o recado da ruas!

São Paulo, 02 de Maio de 2017
**Comitê Nacional do Diálogo
e Ação Petista**

(*) 1- Fora Temer, Nenhum Direito a Menos; 2 - Chega de Conciliação; 3 - Não Participar de Governo com Golpista; 4 - Antecipação das eleições, Lula Presidente com uma Constituinte pelas Reformas populares; 5 - Fim do PED, Volta dos Encontros de Base deliberativos

NO CEARÁ, DEBATE E LUTA



Em Fortaleza, PT e greve em geral na pauta da reunião do DAP

Na noite de 24 de abril, militantes do Diálogo e Ação Petista de Fortaleza se reuniram para avaliar a situação política, o PED e se organizar para os piquetes da greve geral.

O companheiro Petronio Soares abriu a reunião pautando um conjunto de itens que os companheiros buscaram abordar na discussão: o aprofundamento da crise das instituições, o lugar das últimas denúncias com ameaça da prisão de Lula e a resposta do PT. O PED deu uma resposta?

A maioria dos presentes considera que estas questões passaram longe do PED, o mais destituído de debate político da história, refletido numa redução importante na participação, inclusive em Fortaleza. Mas a disposição é de lutar para que os encontros estaduais deem resposta aos principais problemas.

O problema da fraude no PED foi objeto de uma discussão particular. Os militantes acham obrigatório que seja tudo apurado, mas não acham justificadas as ameaças de rachar o partido. A negativa de apurar, contudo, pode levar a uma situação de extremo perigo para o PT.

A situação em Fortaleza foi considerada como ilustrativa do caráter degradado do PED, com a interferência da prefeitura na votação dos filiados. O resultado de Fortaleza se encontra sub judice.

Num segundo ponto da pauta, os presentes organizaram sua participação nos piquetes de várias categorias e na concentração, após isso, no piquetão da CUT para garantir durante o dia o fechamento do comércio do centro de Fortaleza.

EMENDAS AOS CONGRESSOS ESTADUAIS

I - INTERNACIONAL

“Só a luta dos povos e dos trabalhadores abrirá a saída de superação desta (des) ordem”. Primeira frase da emenda sobre situação internacional, que destaca os avanços (limitados) na América Latina, produtos da ação dos trabalhadores, e a ofensiva imperialista sobre o continente.

II - BALANÇO

A emenda exige um balanço rigoroso das razões do golpe, apontando que, apesar das medidas que beneficiaram a população e a Nação (programas sociais, Pré-sal etc.), os governos do PT não ousaram promover as reformas populares, o que só poderia ser feito por meio de uma Constituinte Soberana. Os governos do PT optaram por conviver com as instituições e com falsos aliados, até que essas mesmas instituições, unidas, desencadearam o golpe. A convivência com os inimigos resultou no abandono das promessas de campanha, substituindo-as pelo ajuste Levy-Barbosa. Adaptação

às instituições que a base entende como conciliação, a que é preciso dar um basta.

III - CENÁRIO NACIONAL

Uma das emendas deste ponto exige a liberdade para os presos políticos José Dirceu, Vaccari e Palocci, contrapondo-se à ideia de que o PT puna alguns militantes tidos como culpados por Moro.

Dando consequência ao “Fora Temer”, outra emenda diz que o PT deve apresentar um programa alternativo de emergência para tirar o país da crise. Um programa para criar empregos, investir nos programas sociais e na recuperação das estatais e bancos públicos, com recursos do imposto sobre as grandes fortunas e tributação de lucros. Medidas que exigem a antecipação das eleições, Lula presidente e a convocação da Constituinte.

Por fim, uma emenda defende uma política de alianças compatível com esses programas, com correntes de caráter

“antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário” - PCdoB e PSOL, além de setores populares do PDT, PSB e outros.

IV - ESTRATÉGIA E PROGRAMA

A emenda diz que só os trabalhadores podem liderar as transformações econômicas e sociais necessárias, porque o capitalismo imperialista é incapaz dessa tarefa. Finaliza: “Por isso é incontornável que as reformas preparem e desembocuem numa revolução”.

V - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO PT

A emenda defende o fim do PED, que “corrompeu os processos” e “rebaixou a militância”. Em seu lugar, a “volta dos Encontros de delegados anuais deliberativos, com direções eleitas a cada dois anos nestes Encontros”.

Greve geral, demonstração contundente do

Em todo o país, numa unidade que há muito não se via, os trabalhadores deram um ineq
Como disse uma trabalhadora calçadista na Bahia, fazendo o balanço c

A força da mobilização de 28 de Abril pode ser confirmada quando avaliamos as categorias que paralisaram. Por todo o país, paralisaram metalúrgicos, bancários, professores de redes públicas e privadas, rodoviários, metroviários, portuários, borracheiros, servidores públicos, eletricitários. Em várias cidades do país, o comércio ficou fechado e as ruas ficaram vazias.

Foi amplamente divulgada (inclusive como artifício pela mídia golpista para dizer que não houve adesão à greve) a grande participação do setor dos transportes, em várias cidades do país. Em São Paulo, ônibus, trens urbanos e metrô pararam o dia todo. Entre os metroviários, houve adesão inclusive de supervisores, que em geral são usados pelo governo do estado para furar

greve. Mas ao contrário do dia 15 de março quando o trânsito alcançou altos índices de engarrafamento, neste dia 28 a cidade ficou literalmente vazia.

Menos divulgada, mas tão ou mais importante, é a adesão em vários locais de trabalho que ocorreu independentemente do transporte, ainda que a ausência deste tenha ajudado. Em Osasco, houve a paralisação de mais de 20 indústrias metalúrgicas, como a Belgo, a Wap Metal e a Spal. O Sindicato da categoria estima que 50% dos trabalhadores pararam o dia todo, ou durante algum período.

Os metalúrgicos de Guarulhos também aderiram em fábricas como a



Araucária (PR) Petroleiros param Refinaria

Cummins e a Modine. Em pelo menos três regiões da cidade, os trabalhadores deixaram os locais de trabalho e saíram em marchas. Na cidade, também houve paralisação nos bancos e no comércio, e 100% de paralisação nas linhas de ônibus.

Em Volta Redonda (RJ), na Companhia Siderúrgica Nacional, os trabalhadores se concentraram em piquete na porta da fábrica ao longo de toda a manhã, mesmo com a ausência da direção sindical que decidiu se somar a um ato em outro local.

Petroleiros

A greve na Petrobrás teve adesão em massa, de norte a sul, de trabalhadores próprios e terceirizados. Desde a noite do dia 27, os ônibus fretados pela empresa chegavam vazios às refinarias e terminais. Todas as 11 refinarias das bases da Federação Única dos Petroleiros (FUP) ficaram sem troca de turno. Também houve paralisação em terminais da Transpetro, usinas de biodiesel, termoelétricas, fábricas de fertilizantes da Bahia e do Paraná, plataformas da

Bacia de Campos, do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte e campos de produção terrestre do nordeste do país e norte capixaba. Na Bacia de Campos, trabalhadores de 30 plataformas entregaram a produção para os gerentes.

Trabalhadores dos Correios

A paralisação na Empresa de Correios e Telégrafos começou um dia antes. Os trabalhadores decidiram começar, no dia 27, uma greve por tempo indeterminado na categoria. A mobilização tem a ver com a situação da ECT, onde o governo ameaça com enxugamento e a direção da empresa ameaça os trabalhadores com demissões, corte de férias, do plano de saúde. Na luta por nenhum direito a menos, a greve decidida na base de 33 sindicatos se somou à Greve Geral de 28 de abril.

Relatos enviados pelos nossos correspondentes (ver pag. ao lado), demonstram a força do 28 de abril, a maior greve geral realizada no Brasil, que a mídia golpista tentou esconder.

Priscilla Chandretti

O mundo viu o que a mídia local tentou esconder

Com cobertura fraudulenta, a grande imprensa se mostra, mais uma vez, golpista

Enquanto as manchetes da imprensa internacional foram "Greve contra o governo escandaloso de Michel Temer" (New York Times – EUA), "Primeira Greve Geral em duas décadas" (BBC – Inglaterra) e "Greve histórica" (Le Monde – França), a mídia golpista no Brasil mentiu descaradamente.

Jornalistas relataram que era proibido usar a expressão greve geral e que deveriam mostrar imagens de pequenos grupos de manifestantes nas ruas vazias, valorizar cenas de confrontos e destacar os trabalhadores "prejudicados" pela greve.

Assim as manchetes dos jornais OESP, Folha de SP e O Globo foram "Manifestação contra reformas afeta as grandes cidades e termina em violência", "Greve atinge transportes e escolas em dia de confronto" e "Temer lamenta bloqueios e reafirma que fará as reformas".

Até um dia antes da greve geral, a Globo e demais redes de RIV omitiram sua convocação pelas centrais sindicais, notícia obrigatória para as emissoras detentoras de uma concessão pública, e no dia passaram a ideia que a greve foi só dos transportes com bloqueios nas ruas impedindo as pessoas de irem trabalhar.

EBC – primeiro alvo de Temer

A primeira medida de Temer foi

atacar o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada no governo Lula. Através de Medida Provisória acabou com o Conselho Curador e exonerou o presidente da empresa que só poderia ser destituído pelo conselho.

A manchete da Agência Brasil foi "Ministro da Justiça avalia que greve foi um fracasso e dá força às reformas". A notícia gerou comentários no face da empresa como "fracasso é esse governo ilegítimo" e "quero saber onde tá esse fracasso, se os bancos não abrirem, as pessoas não saíram de casa e o comércio não vendeu".

Os trabalhadores da EBC responderam com greve que teve a adesão de 75% dos seus funcionários.

Regulação da Mídia

"O sistema golpista – baseado num componente policialesco, que vende a imagem do combate à corrupção, mas tem como objetivo eliminar direitos sociais e trabalhistas – não se sustenta sem uma imprensa mentirosa e, literalmente, vendida.", escreveu o jornalista Rodrigo Vianna no site da revista Fórum. A regulação da mídia é uma das reformas populares que só uma constituinte soberana pode fazer.

Nilton de Martins

JORNAL O TRABALHO, "VENDEMOS O PACOTE INTEIRO"

No dia 28/04 a CSN, - Companhia Siderúrgica Nacional - a maior siderurgia da América Latina, ficou parada por um turno inteiro. Os piquetes começaram às 4 da manhã, onde estiveram presentes o sindicato dos metalúrgicos, construção civil, engenheiros, além de movimentos sociais ligados à questão da moradia. A paralisação que foi de 4 da manhã até as 11 horas, contou com todo o apoio dos operários que mantiveram-se de braços cruzados, mostrando o espírito de combate às reformas de Temer, que ficou claro com a maior greve geral da história. No meio desses quase 3000 operários que se encontravam na portaria principal da usina, os militantes de O Trabalho foram vender nosso jornal. A venda difusão foi um sucesso! Em menos de algumas horas vendemos um pacote inteiro, que estava fechado, do nosso jornal, onde muitos pediam "por ser um jornal do PT". O grande número de vendas só reforça a luta pela reconstrução do PT e a continuidade do combate ao governo golpista de Temer.

rechaço ao governo e suas contrarreformas

úivoco recado ao golpista e os 4% que o apoiam, “Nenhum direito a menos, Fora Temer”!
da greve na sua fábrica, “aprendemos o caminho, agora é só continuar”

Foi uma greve histórica na Bahia. As principais categorias aderiram 100%. Pararam: porto, transportes, bancos, metalúrgicos (Ford etc.), borracheiros (Continental), Petrobrás, comerciantes (shoppings e lojas), professores e docentes (público e privado), vigilantes, eletricitários, água e esgoto, municipais, estaduais e federais, calçadistas, alimentação. Na capital, Salvador, na região metropolitana, e várias cidades do interior, as ruas ficaram vazias.

Dass parou em Conquista

No dia 28 a produção da fábrica de calçados e confecções Dass em Vitória da Conquista foi paralisada numa ação organizada pelo Sintracal/CUT com apoio de dirigentes do PT e militantes de outras categorias, movimentos e da juventude.

Desde a convocação da greve geral, a representação local do sindicato intensificou mobilização na porta da fábrica com panfletos e assembleias nos três



Cordão de trabalhadores garante greve na Dass (BA)

turnos que aderiram ao movimento.

Frente às ameaças aos direitos trabalhistas e previdenciários os trabalhadores da fábrica buscaram enfrentar juntos os desafios nesta greve como relatou dirigente do Sintracal: “Na passagem para o turno da manhã, o pessoal da noite se posicionou na frente da fábrica. O turno “A” solidarizou-se e fez cordão na frente da fábrica. Durante todo o dia enfrentamos a pressão (abertura de portões paralelos e outros acessos)

e conseguimos parar, pela estimativa feita, 75% da fábrica. O pessoal passou o dia todo se revezando na porta.”

A empresa, percebendo a força do movimento, ameaçou com vigilantes e encarregados que tentavam furar greve, além de contar com ajuda da PM que, com truculência, liberou um portão e prendeu uma operária que o questionou.

Com toda adversidade, mas com objetivo cumprido, é hora de manter

mobilização e preparar próximas ações chamadas pela CUT, como disse uma trabalhadora “aprendemos o caminho, é só continuar agora”.

Lamentável!

O governador Rui Costa (PT), disse que ia garantir o “direito de manifestação e o direito de ir e vir” e sua Polícia Militar agiu com violência. Sem muita conversa, impediu manifestações em rodovias com bombas como em Lauro de Freitas e, muita truculência como na via Parafuso, no Pólo de Camaçari, quando agrediu até deputados do PT. Lá, prendeu 3 sindicalistas que manifestavam noutra via de acesso.

Ao contrário de vários prefeitos, inclusive do PT, que apoiaram a greve, o governador Rui Costa deixou sua PM agir para quebrar o movimento. Lamentável!

Paulo Riela

Maior greve das últimas décadas

Na capital mineira, no ato ao final do dia a expectativa era de uma nova greve geral

Sem dúvida, a maior greve que Minas Gerais teve nas últimas décadas. Na capital, demonstrando um alto grau de organização, os metroviários paralisaram -tal como em 15 de março- totalmente o metrô durante 24 horas. No entanto, isso teve o preço de mais uma multa por parte da “Justiça do Trabalho” de 250 mil reais (ao todo 500 mil reais, contando com a multa de 15 de março), que a CUT se comprometeu a ajudar na arrecadação, para minimizar o prejuízo financeiro do Sindicato dos Metroviários. Os juízes do TRI, ainda que decretando “feriado” no dia 28 em função da disposição do funcionalismo do judiciário em participar da greve geral, não dispensou a multa dos metroviários...

Já o Ministério Público do Trabalho (MPT), posicionou-se, em nota, afirmando que a paralisação tem respaldo jurídico na Constituição Federal e nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, considerando, portanto, legítima a resistência às reformas propostas pelo governo.

No setor de transportes rodoviários, as paralisações foram parciais, com mais peso nas primeiras horas do dia 28, a exceção de Juiz de Fora onde o sindicato dirigido pela CUT, manteve a categoria em greve até às 17 horas. A Polícia Militar, chamada pelos empresários dos transportes para dispersar os piquetes, se restringia a preencher os “Boletins de Ocorrência” e acompanhar de longe a movimentação dos grevistas, fato ocorrido também nas

demais regiões, sem ocorrências de grandes confrontos com a PM.

Governador abona a falta

Contribuiu para esse fato a decisão do governador, Fernando Pimentel (PT), de abonar a falta de quem não trabalhasse no dia 28. De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão, apesar de o expediente ser normal, isso seria feito por conta das dificuldades de transporte para os servidores.

Teve participação expressiva, e em todo o estado, o funcionalismo público dos diversos setores e de todos os níveis (municipal, estadual e federal). No entanto, é preciso também registrar que a participação dos setores operários (metalúrgicos, mineiros, indústria pesada, alimentação,

etc) - a exceção dos petroleiros - ainda foi parcial, tanto dos setores cutistas como das demais centrais sindicais.

No ato que se realizou na capital, debaixo de muita chuva, a palavra de ordem não poderia ser outra: Fora Temer, além de “Temer, golpista, tire as mãos dos direitos trabalhistas”. Vários oradores - de diferentes centrais sindicais, procuradores da Justiça do Trabalho, representantes da Polícia Civil, parlamentares, entre outros - fizeram questão de destacar que a greve geral foi apenas um primeiro passo; que era preciso organizar uma “ocupação” de Brasília e o chamamento para uma nova greve geral.

Sumara Ribeiro



Assamblea do estaleiro Vard Promar em Suape (PE), aprova no dia 27 a adesão à greve geral. Os cerca de 1600 trabalhadores desse estaleiro se somam aos 3600 do estaleiro Atlântico que também aderiram à greve. O setor naval do estado ficou paralisado no dia 28 de abril.

Complexo portuário do PECEM pára

No Ceará 30 prefeitos deram ponto facultativo

Em todo o Ceará, a greve geral paralisou milhares de trabalhadores, inclusive com a decretação de ponto facultativo por prefeitos de 30 municípios.

Dezenas de categorias paralisaram suas atividades, incluindo os do Complexo Portuário do PECEM, com adesão de servidores estaduais e operários da indústria siderúrgica ali localizada.

Na cidade de Russas, depois de paralisar escolas e órgãos públicos e interromper a BR-116 num forte ato, a CUT, o MST e outros movimentos da região conseguiram atrasar a entrada na principal fábrica da região, a calçadista Dakota, que tem milhares de operários. Os sindicalistas conseguiram entrar na fábrica e tiveram ampla adesão dos trabalhadores. Ainda foi conseguida uma negociação com a direção da empresa para liberar o expediente, que esbarrou na intransigência dos patrões.

O dirigente regional da CUT, Rômulo Jerri, destaca que “a central começou a botar os pés na empresa, numa iniciativa que deve ter continuidade, o que é muito importante numa empresa onde o sindicato dos trabalhadores é dominado pelos patrões.”

Ocupar Brasília e preparar nova greve geral!

Após a maior greve geral da história em 28 de abril, o movimento continua

A resistência da classe trabalhadora aos ataques aos seus direitos e à Previdência feitos pelo governo golpista atingiu um novo patamar com o êxito da greve geral de 28 de abril.

Em todos os estados e em mais de 250 municípios greves e manifestações responderam ao chamado unitário das centrais sindicais "Em 28 de abril, vamos parar o Brasil", envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores de todos os setores econômicos (ver páginas 6 e 7).

O balanço desse poderoso movimento da greve geral iniciado em 28 de abril foi feito nos atos de 1º de Maio ocorridos em todo o país (veja abaixo), ao mesmo tempo em que se divulgavam pesquisas indicando a rejeição de mais de 70% dos entrevistados ao desmonte da Previdência, o entendimento de mais de 60% deles de que a "reforma" trabalhista só beneficia os patrões e mais um recorde de impopularidade de Temer refletido numa ampla maioria (85%) favorável a eleições antecipadas (diretas já!).

Assim começam a juntar-se os ingredientes para uma virada da situação política: o povo trabalhador testou e sentiu a sua força; o fosso entre a maioria da nação oprimida e a corriola golpista aprofundou-se; o sentimento da urgência de acabar com o governo Temer, num quadro



Metrô paulista parou 24 horas

de mais de 14 milhões de desempregados, domina os "de baixo", enquanto os "de cima" não tem outra coisa a propor senão tentar passar as "reformas" a serviço do capital num congresso desmoralizado. Um choque maior se anuncia!

Duas políticas vão se enfrentar

A força do movimento obrigou até a cúpula de centrais que apoiaram o golpe que entronizou Temer, como a Força Sindical, a entrarem na greve geral, além de introduzir nas suas bases contradições. Mas isso não quer dizer que ela mudou de política. No ato de 1º de Maio da Força Sindical

em São Paulo (que sorteou carros doados por empresas), Paulinho sinalizou que quer usar o sucesso do 28 de abril, não para derrotar as propostas do governo, mas para negociar os seus termos (usando como moeda de troca, inclusive, a preservação do imposto sindical).

Já a CUT, que reúne sua Executiva em 3 de maio, deve reafirmar que "direitos não se negociam" e convocar uma grande manifestação em Brasília por ocasião da votação da PEC 287 da Previdência (que pode ser adiada para a semana de 15 a 19 de maio), mantendo a pressão sobre os senadores para derrubar o PL 6787

que rasga a CLT, já deixando engatilhada uma nova greve geral, num patamar superior ao do 28 de abril.

São duas políticas antagônicas que vão se enfrentar de imediato, seja nas reuniões entre as centrais sindicais (uma primeira está prevista para 4 de maio), seja, principalmente, nas bases das distintas categorias e setores econômicos. O que exige da CUT toda a firmeza e uma intervenção independente que dialogue com a base de todas as centrais na linha de enfrentamento e derrota das propostas do governo.

Uma vez derrotado o governo Temer na sua agenda de ataques aos direitos trabalhistas e à aposentadoria, abre-se a via para uma saída democrática para a crise em que o golpismo mergulhou o Brasil: dar a palavra ao povo soberano com antecipação das eleições, Lula presidente e uma Constituinte que anule todas as medidas antinacionais e contrárias ao povo trabalhador já adotadas pelo Congresso de "picaretas", abrindo a via para as reformas populares necessárias.

É o futuro da nação brasileira e da classe trabalhadora que a constrói que estão em jogo neste momento histórico. Nenhum direito a menos, Fora Temer!

Julio Turra

1º de Maio de Luta e Resistência

CUT faz balanço positivo do 28 de abril e chama continuidade

Os atos de 1º de Maio deste ano se deram sob o impacto da exitosa greve geral de 28 de abril.

Nos atos organizados pela CUT se comemorou também os cem anos da greve geral de 1917 e da eclosão da Revolução Russa.

Na Avenida Paulista, em São Paulo, o ato foi da CUT, CTB e Intersindical, com a presença das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo. Ele reuniu dezenas de milhares de pessoas, derrotando a tentativa do prefeito Dória (PSDB) de impedi-lo. Ao encerrá-lo, o presidente da CUT, Vagner Freitas, declarou: "Estamos na ofensiva e temos de continuar. Vamos ocupar Brasília e não permitir que haja votação de retirada de direitos", apontando para uma nova greve geral.

Os gritos de "Fora Temer" deram o tom da manifestação, que contou também com a presença de partidos políticos (PT, PCdoB, P-Sol, PCO e PCR).

Já a Força Sindical fez seu ato com shows e sorteio de carros. Mas mesmo aí, Temer e Dória foram vaiados.



Prefeito Dória tentou proibir, mas no 1º de Maio a Paulista foi ocupada

"Parar o Brasil de novo"

Em Porto Alegre houve ato unitário das centrais, no qual Claudir Néspolo, presidente da CUT-RS, falou que "a classe trabalhadora não tem nada a comemorar, só tem motivos para denunciar e resistir" concluindo com "se for necessário, faremos outra greve geral e paramos o Brasil de novo".

Em Brasília, o ato foi da CUT e das

frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Rodrigo Britto, presidente da CUT-DF, destacou que "a satisfação maior deste dia é saber que a classe trabalhadora construiu a maior greve geral que já vimos" e que "o enfrentamento contra os ladrões dos nossos direitos continua".

No Recife, o ato da CUT, CTB, Conlutas, Intersindical e movimentos so-

ciais se deu na Praça Oswaldo Cruz. "Estamos na resistência e temos de continuar", discursou Carlos Veras, presidente da CUT-PE, enquanto Alexander do Sinproja (professores de Jaboatão) disse que "é preciso discutir a antecipação das eleições, com Lula Presidente e uma Constituinte para passar a limpo esse país". Em Maceió, após ato da CUT-AL, uma passeata percorreu a orla marítima.

Uma carta conjunta das centrais sindicais para o 1º Maio reafirmou "o compromisso de unidade para derrotar as propostas de reforma da previdência, de reforma trabalhista e da lei que permite a terceirização ilimitada".

Os atos do dia internacional de luta da classe trabalhadora demonstraram a disposição de seguir a mobilização por "nenhum direito a menos" e de atender a um novo chamado à greve geral.

João B.Gomes

Contrarreforma trabalhista atende aos patrões

Desemprego que já atinge 14,2 milhões só tende a aumentar

A contrarreforma trabalhista aprovada na Câmara e agora em discussão no Senado é uma bomba contra os direitos do trabalhador garantidos na CLT já há 70 anos.

O texto original do governo já era péssimo, mas a Câmara conseguiu piora-lo. É que lá, além de Temer comprar com cargos e verbas os deputados, estes estão sob a batuta direta do patronato: 292 emendas foram integralmente escritas por lobistas de associações patronais – Confederações de Indústrias (CNI, CNT etc.). As emendas sequer passaram pelos gabinetes dos deputados (que provavelmente nem mesmo as leram), mas – desrespeitando a lei e o regimento da Câmara -- vieram diretamente dos computadores de tais associações patronais; que são justamente as grandes doadoras das campanhas de seus deputados (The Intercept, 26/04). Mais da metade dessas emendas (153)

foram aceitas pelo relator.

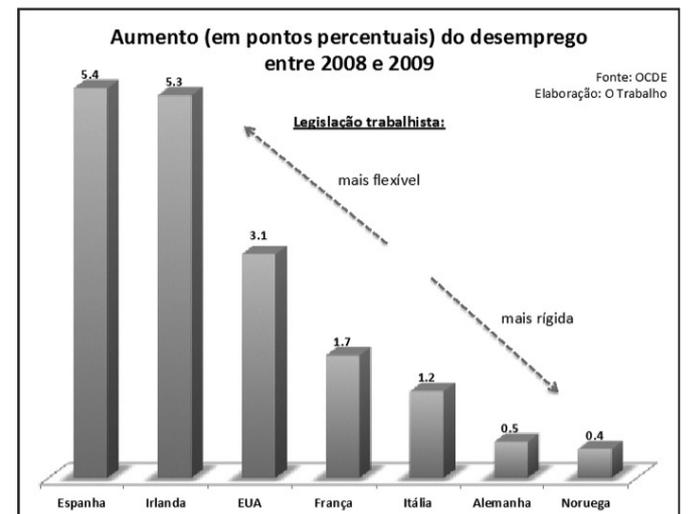
Votado o texto, Câmara e governo querem avançar contra o trabalhador rural: apoiam projeto do líder da bancada ruralista, Nilson Leitão (PSDB-MT) que permite que fazendeiros possam pagar seus funcionários com casa e comida, prescindindo portanto de salário. Prevê também jornada de até 18 dias sem descanso. É a volta da escravidão.

Flexibilização trabalhista não gera emprego

O governo golpista mente ao dizer que a contrarreforma trabalhista fará empresas contratarem mais. O oposto ocorrerá: o desemprego crescerá, pois ela facilitará/barateará a demissão de um empregado. Ademais, os salários/benefícios cairão, reduzindo a renda da maioria das famílias consumidoras – o que derrubará a própria demanda das empresas – tirando dinamismo

da economia. A cada retração da atividade, a dispensa de funcionários será facilitada. Se houver recuperação econômica, o empregador preferirá exigir uma jornada de trabalho maior com mesmo salário, sem contratar novos trabalhadores.

Há várias provas disso. No Chile, a reforma trabalhista de Pinochet nos anos 80 fez o desemprego explodir aos 20%. Na Argentina, a flexibilização de Menem nos 90 gerou 20% de desemprego e fez com que contratações precárias atingissem 85%. Outro exemplo é o impacto da crise internacional de 2008 para 2009: países que têm leis trabalhistas mais “flexíveis” (menos



direitos e benefícios) – Espanha, Irlanda e EUA -- tiveram aumento muito maior no desemprego naquele ano do que os que tinham leis mais “rígidas” (protetoras de direitos), como mostra o gráfico.

Alberto Handfas

PONTOS DA CONTRARREFORMA

- Prevalência do acordo entre patrão e empregados sobre a legislação trabalhista: permitirá à empresa contratar empregados com menos direitos do que prevê a convenção coletiva da categoria, ou até mesmo a lei.
- Terceirização da atividade fim: empresa poderá demitir funcionários e recontrata-los, terceirizados, recebendo salários menores.
- Parcelamento das férias em até três períodos: pode prejudicar a saúde do trabalhador fazendo com que algumas férias se resumam a uma semana.
- Mudança no conceito de grupo econômico: Será ignorado que um mesmo empresário seja dono de mais de uma empresa. No caso de apenas uma empresa de um grupo falir, as demais empresas do grupo não serão mais obrigadas a arcar com indenizações trabalhistas aos demitidos.
- Restringe acesso à Justiça gratuita para ações trabalhistas: dificultando acesso à Justiça, trabalhador terá de pagar custos de advogado e de perícia (laudo de um exame médico para provar acidente no trabalho custa cerca de R\$2 mil).
- Empregado será obrigado a apresentar valor exato pretendido em reclamações trabalhistas na Justiça: também para dificultar acesso.

MULHERES TRABALHADORAS

A contrarreforma trabalhista permite que gestantes e lactantes realizem trabalho insalubre. Atualmente, a legislação proíbe que elas exerçam esse tipo de atividade justamente porque tem impacto sobre a saúde, e dessa forma existe uma proteção à maternidade e ao bebê. A intenção original do relator da reforma, Rogério Marinho (PSDB/RN) era que a mudança pegasse todas as atividades. “A pedido da bancada feminina”, o texto final diz que fica vedado trabalho em atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação. Para atividades de grau médio ou mínimo, a gestante não será afastada, a não ser que consiga comprovar individualmente o risco à saúde. São atividades insalubres aquelas com risco de contaminação por radiação, por exemplo.

DESEMPREGO ACELERA

A taxa de desemprego no Brasil bateu novo recorde: 13,7% no trimestre encerrado em março de 2017. São 14,2 milhões de trabalhadores que procuraram qualquer tipo de emprego (formal ou informal) e não encontraram.

Hoje, há cerca de 7,2 milhões de desempregados a mais do que havia em março de 2015, antes do ajuste, da Lava Jato e do golpe iniciarem. No segundo mandato de Dilma, o ajuste Levy/Barbosa e a Lava Jato e a própria crise política produziram 2 milhões de desempregados a mais por ano (de março a março). Com o golpe, Temer produziu 3,111 milhões!

Violência contra os povos indígenas

Repressão em Brasília e ataque de fazendeiros no Maranhão

No último dia 30 vários indígenas Gamela foram feridos por pauladas, tiros, um deles teve as mãos decepadas e outro também os joelhos cortados por golpes de facão quando se retiravam de uma área no povoado de Bahias no município de Viana (MA). De acordo com os Gamela, a Polícia Militar já estava no local junto a um grupo de fazendeiros e capangas antes da ação violenta e nada fez.

No dia 28 os Gamela retomaram a aldeia Cajueiro e trancaram a rodovia

MA-014 em apoio à greve geral. Após a retomada da aldeia, o deputado federal Aluísio Guimarães Mendes Filho (PTN/MA), ex-secretário de segurança pública do MA no governo de Roseana Sarney, chamou os Gamelas de arruaceiros incitando a violência contra os indígenas.

“Botou gasolina na fogueira que acenderam para queimar o nosso povo. As notícias que chegavam eram de uma concentração cada vez maior de fazendeiros para nos atacar. Pen-

sávamos que seria na aldeia Cajueiro, mas quando percebemos que seria no Povoado das Bahias, não tinha como ficar lá com tão pouca gente. Olha, foi um massacre”, relatou um Gamela presente na hora do ataque.

Demarcação de terras

Cinco dias antes do ataque aos Gamela no Maranhão, três mil indígenas acampados em Brasília fecharam a Esplanada dos Ministérios durante uma marcha até o Congresso Nacio-

nal. A PM reprimiu a manifestação com bombas de gás e balas de borracha. Em resposta à ação da PM, os indígenas atiraram flechas contra os militares e em direção ao Congresso.

Os indígenas lutam pela derrubada da PEC 215/2000 que transfere do poder executivo para os deputados e senadores a tarefa de demarcar terras indígenas. Mais de 20 artistas da música popular brasileira e do teatro gravaram um hino à demarcação de terras indígenas no país.

Congresso funda nova Federação Sindical na África do Sul

A questão da independência dos sindicatos esteve na base da decisão

Mais de dois mil delegados de 24 sindicatos, representando mais de 700 mil trabalhadores, reuniram-se numa imensa tenda no Birchleigh Hotel em East Rand, Johannesburg, e fundaram uma nova federação de trabalhadores, a Federação Sul-Africana de Sindicatos (SAFTU, na sigla em inglês).

Isso ocorreu depois de mais de dois anos de intensas negociações para formar uma nova federação de trabalhadores como consequência das crises internas no seio da central sindical COSATU (Congresso dos Sindicatos Sul-africanos), decorrentes do apoio que a COSATU deu ao governo nas decisões que provocaram o massacre de trabalhadores mineiros em Marikana (2015), tendo em vista defender o seu sindicato neste setor, o NUM (União Nacional dos Mineiros).

Os dirigentes da COSATU expulsaram um de seus maiores sindicatos, o NUMSA (União Nacional do Metalúrgicos da África do Sul), e de seu secretário geral de longa data, Zwelinzima Vavi e outros oito sindicatos que seguiram o NUMSA e Vavi, deixando a COSATU como uma casca vazia lutando literalmente pela sua sobrevivência.

A questão da independência diante do governo e das grandes empresas foi assim inscrita repentinamente na ordem do dia do movimento operário da Azânia (nome pelo qual o movimento negro designa o país).

Vários sindicatos ainda podem juntar-se

Numerosos sindicatos exteriores à COSATU quiseram engajar-se nas discussões sobre essa questão e também sobre a possibilidade de criar uma nova federação sindical.

Quando o processo foi lançado, mais de quarenta sindicatos foram implicados, indo daqueles que não eram filiados a uma federação, aos filiados à NACTU (Conselho Nacional de Sindicatos), FEDUSA (Federação dos Sindicatos da África do Sul), CONSAWU (Confederação dos Sindicatos de Trabalhadores da África do Sul) e os nove vindos da COSATU.

Segundo o informe publicado no lançamento da nova Federação Sindical Sul-africana (SAFTU) todas as discussões foram francas e sinceras, e, ainda que o lançamento já tenha se dado, certos sindicatos que não estavam presentes não haviam terminado suas discussões internas, mas estavam comprometidos a juntar-se à nova federação, o que dobraria seu número de membros e transformaria



a SAFTU numa “super” federação.

Com a preocupação de recomeçar de novo sem qualquer influência dos partidos políticos, deliberadamente evitou-se convidar partidos para o lançamento, ainda que se tenha explicado que essa atitude não significava que a federação fosse apolítica, mas apenas que ela tinha que clarificar suas próprias regras básicas.

As discussões levaram à adoção formal de um novo logo. A direção da convenção apresentou dois projetos de logo, um com o mapa sul-africano pintado de verde, representando o país enquanto “belo país não racial” e outro negro para o povo de nosso país, e ela explicou sua preferência pelo verde que seria a continuidade da tradição do movimento do Congresso Nacional Africano (CNA), mas o congresso de forma amplamente majoritária se pronunciou pelo negro, exprimindo uma ruptura total com essa tradição.

Independência

Houve discussões aprofundadas e, na maioria dos casos, os organizadores não estavam em condições de impor seus pontos de vista, em grande medida porque os delegados entenderam a sua filiação e suas tradições políticas e velaram para que a nova federação não se encontrasse subordinada a tendências políticas exteriores como foi o caso da COSATU. Os trabalhadores fizeram todo o possível para defender sua nova federação e para erguê-la sobre uma base política sólida.

Foi o mesmo no que diz respeito às orientações políticas e à direção. Os delegados asseguraram que ela fosse plenamente representativa e formada por trabalhadores de diferentes filiações políticas: o presidente originário do NUMSA, Mac Chabalala; secretário geral Zwelinzima Vavi; tesoureiro, Motshoari Lecogo

–Nupsaw (Servidores Públicos), um sindicato associado ao SOPA (Partido Socialista da Azânia, aderente do Acordo Internacional dos Trabalhadores). Havia outros companheiros vindos de outros sindicatos, como Thabo Matsose, do SAPU (União Sul-africana de Polícia), que vivia sua primeira filiação a uma federação; Ralarala do SALIPSU (trabalhadores na função pública) e um adjunto GS vindo do FAWU (trabalhadores da agricultura e alimentos).

Os delegados ficaram muito contentes e satisfeitos com a direção eleita.

Houve também uma decisão de independência, segundo a qual a federação não se filiara nem será associada a qualquer partido político, e vai lançar uma campanha contra as estruturas tripartites existentes do governo, do mundo do trabalho e das grandes empresas.

A federação decidiu rejeitar o salário mínimo de 3.500,00 Rands proposto pelo governo e aprovado pela COSATU e também encarar um combate total contra as terceirizações e o trabalho temporário, práticas contra as quais a COSATU foi incapaz de lutar em razão de sua implicação direta nos processos.

As resoluções finalizam sobre os seguintes pontos:

- Mercado de Trabalho e agravamento das condições materiais da classe operária
- Ataques contra a negociação centralizada e coletiva
- Relação de forças Internacionais e estado dos movimentos sindicais.
- Economia bloqueada numa via de fraco crescimento.
- Agravamento da crise política.
- Perigos da colaboração de classe.
- Responder à questão central: Que fazer?

Houve igualmente discussões positivas sobre a questão da terra segundo a qual a terra pertenceria a todos que nela vivem, com a posição de claro reconhecimento que a terra pertence aos Negros e que não haverá jamais verdadeiras liberdades enquanto a terra não seja retirada dos brancos e devolvida aos seus legítimos proprietários, a maioria negra.

Este congresso de fundação da nova federação produziu muitas coisas positivas. Ainda é, evidentemente, muito cedo, mas estamos confiantes que a federação vai avançar.

Correspondente

Venezuela: Maduro convoca Constituinte

Num grande ato de 1º de Maio realizado em Caracas, Nicolás Maduro anunciou um aumento de 60% no salário mínimo – “o terceiro aumento do ano, pois tenho que cuidar para que o povo tenha emprego, salário, educação, saúde e moradia”, disse o presidente – e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Nos últimos dias, manifestações da oposição e do chavismo se chocam, sob o pano de fundo de um conflito entre o executivo, o judiciário e a Assembleia Nacional de maioria opositora.

O anúncio de Maduro de “dar a palavra ao Poder Constituinte Originário”, isto é, ao povo, para que se encontre uma saída para a crise econômica e institucional que sacode o país, se baseia nos artigos 347, 348 e 349 da Constituição Bolivariana em vigor, que foi adotada em 1999 após a chegada de Hugo Chávez ao poder.

A reação da oposição local, do governo Trump e de governos alinhados com o imperialismo dos EUA na América Latina foi a de gritar que tal convocação é “um golpe”! Um dos mais históricos nessa linha foi Aluísio Ferreira (PSDB), ministro das relações exteriores do governo golpista de Temer.

Tal decisão de Maduro se dá na sequência da expropriação de uma fábrica da GM em Valência em 20 de abril e do anúncio, em 26 de abril, da saída da Venezuela da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Voltaremos a esse tema na próxima edição.

Eleição na França escancara a crise

Derrotadas as forças que estiveram no governo nos últimos anos, e dois candidatos da reação no 2º turno

O resultado do 1º turno da eleição presidencial na França comprovou que as instituições da 5ª República, em vigor há quase seis décadas, vivem enorme crise. Não passaram para o 2º turno as forças que nesse período se alternaram no governo – de direita ou de “esquerda”, como o atual presidente François Hollande, do Partido Socialista (PS) – e executaram políticas de ataques às conquistas dos trabalhadores.

A crise é escancarada. O “Le Monde” (25/4) escreveu: “Hoje, qualquer que seja o vencedor do 2º turno, representará menos de um quarto dos eleitores”. Para o jornal, o país “não está longe da desintegração”.

Ficaram à frente o banqueiro Emmanuel Macron, do movimento “Em Marcha”, e Marine Le Pen, do partido semifascista Frente Nacional (FN). De outro lado, Jean-Luc Mélenchon, do movimento “França Insubmissa”, subiu sua votação, em comparação com 2012, em oito pontos percentuais. Essa candidatura agrupou boa parte dos trabalhadores que se mobilizaram nos últimos anos contra a política de austeridade.

O resultado de Macron foi aclamado pelas bolsas de valores do mundo inteiro. O presidente da principal entidade patronal francesa, o Medef, declarou apoio a sua candidatura. As razões são evidentes. Macron defende, entre outros pontos, a “supressão das cotizações salariais” (espécie de



Nenhum voto para Macron e Le Pen

contribuição previdenciária), para “aproximar o salário líquido do salário bruto”. Isso seria o fim da Seguridade Social francesa, uma das grandes conquistas dos trabalhadores em 1945. Propõe também a destruição do Código do Trabalho e vários cortes nas despesas públicas, que levariam à demissão de 120 mil servidores.

Um amplo leque de forças, que abrange patrões, PS e o secretário nacional do Partido Comunista Francês, chama a votar em Macron, sob o argumento de derrotar Le Pen. De fato, a FN defende propostas reacionárias, busca jogar os trabalhadores franceses contra imigrantes e hostiliza os sindicatos. Mas como seria possível combater isso votando a favor da política que justamente possibilitou a ascensão de Le Pen? Foi pensando em se opor ao fechamento de fábricas, ao de-

semprego, que muitos votaram na candidata da FN.

Resistência surda

Em março, uma conferência nacional de trabalhadores, com 600 delegados de toda a França, havia lançado um apelo à constituição de um “Comitê Nacional em Defesa das Conquistas e Direitos Arrancados em 1936 e 1945” (leia em OT-804). O Partido Operário Independente (POI), que apoia esse movimento, divulgou declaração na qual defende: “Nenhum voto para a reação! Nenhum voto para Macron e Le Pen!”.

Na declaração, pode-se ler: “Quaisquer que sejam os resultados do 2º turno, eles já são conhecidos: a reação. O POI não pretende impor os seus pontos de vista, cada qual fará o que julgar melhor no quadro decomposto desta eleição. Mas, mais do que nunca, seja o que cada um vo-

tou ou votará, a questão é e continuará sendo: Resistência! Mais do que nunca, a questão é e será: agrupar-se e unir-se, com as organizações independentes, com clareza e honestidade, sem espírito de ‘igrejinhas’, para discutir, organizar-se para defender as conquistas sociais, a República, a democracia e a laicidade”.

No jornal do POI, “Informações Operárias”, artigo de Marc Gauque-lin avalia que a crise da 5ª República tem como origem “a resistência surda e multiforme da classe operária”. O texto afirma: “A classe operária não pode esperar. Ela vai procurar com todas as suas forças se dotar de ferreamentos capazes de assegurar a continuidade dos últimos combates que engajou. Ela vai procurar se apoiar nas relações de confiança alimentadas ao longo de todos esses combates – prolongados pelos laços que se estabeleceram com a ampla camada de militantes que se apoderaram da campanha pelo voto em Jean-Luc Mélenchon. (...) O ‘Comitê Nacional em Defesa das Conquistas e Direitos Arrancados em 1936 e 1945’, que liga explicitamente em seu apelo o ‘combate de resistência’ ao ‘combate pela reconquista’, inscreve sua luta na batalha pela construção de uma saída política à crise na qual o regime mergulha o país”.

Cláudio Soares

Portugal: é preciso avançar

Deputado João Vasconcelos fala da situação do país e da relação com a Conferência de Argel



O deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda (BE) de Portugal, está associado à preparação da 9ª Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração, que ocorrerá em Argel (Argélia) no mês de outubro. No depoimento a seguir, ele fala sobre a situação no país e a conferência.

“Desde 2011, e sob o governo PSD/CDS, às ordens da troika estrangeira, o povo português e mais particular-

mente sua classe trabalhadora, os jovens, os aposentados viveram uma situação muito grave, ainda mais que a terrível crise econômica e financeira já se fazia sentir por toda a Europa. Vários direitos sociais foram perdidos, ou gravemente reduzidos, o Estado social foi profundamente abalado.

Com as eleições legislativas de 2015, o quadro político se alterou de modo significativo. O Partido Socialista (PS) (...) foi obrigado a aceitar diversas propostas de outros partidos da esquerda parlamentar, como o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP), formando assim um novo governo, apoiado numa nova maioria parlamentar de esquerda.

Os partidos de direita foram derrotados e alijados do governo, e um novo ciclo político começou. O empobrecimento do país foi detido, a austeridade foi reduzida, as privatizações pararam e várias medidas do

governo de direita e da troika foram anuladas. Houve certa distensão na situação política, mas isso não basta.

Governo continua submetido às ordens da UE

O governo do PS não pôs ainda em prática – ou tarda a fazê-lo – inúmeras das medidas com as quais se comprometeu com os partidos à sua esquerda. Do mesmo modo, esperava-se que o governo fosse muito mais longe na defesa e na restauração dos direitos dos trabalhadores. O governo continua a submeter-se às ordens da União Europeia (UE), em particular recusando que seja dado fim aos contratos de duração determinada, não mexendo nas desastrosas PPP (parcerias público-privado), continuando a salvar os bancos privados e a não reestruturar a dívida pública – somente os juros da dívida sugam mais de 8 bilhões de euros por ano do orçamento do país,

o que é insuportável.

Somente uma luta forte e determinada por parte das massas trabalhadoras, de seus sindicatos e dos movimentos sociais poderá terminar com as ordens da UE e obrigar o governo a desenvolver políticas verdadeiramente de esquerda.

Nesses tempos tão perigosos em que vivemos, a realização da 9ª Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração em Argel, é de uma ardente atualidade. Os povos da Europa e do mundo inteiro devem se levantar e se mobilizar com toda a urgência contra as guerras, contra a exploração e contra o espectro de uma terceira guerra mundial, que, se ocorrer, colocará em perigo a sobrevivência da própria humanidade. Daí a importância da próxima conferência em Argel.”

Mais um militante assassinado no Haiti

Campanha internacional exige punição dos assassinos de Romário Saint Jean

O Acordo Internacional dos Trabalhadores (Acit) divulgou apelo recebido do Haiti, do qual publicamos trechos.

“As organizações sindicais, populares, partidos políticos comprometidos com a democracia e a defesa dos direitos humanos.

Na terça-feira, 18 de abril de 2017, às 21 horas, ao sair para comprar alimentos para sua mulher de 22 anos, que, em casa, cuidava de seu bebê de seis meses, Romario Dangelo Saint Jean, um militante de 26 anos do Movimento de Liberdade, Igual-



Romario Dangelo Saint Jean

dade dos Haitianos pela Fraternidade (Moleghaf), foi covardemente assassinado na Rua Icard.

Dangelo já havia sido ameaçado de morte e agredido no dia 16 de agosto de 2016 por policiais que são capangas da UNOPS – agência da ONU que atua no bairro de Fort National.

Em função do silêncio das autoridades policiais e judiciárias, os pais de Romario Dangelo Saint Jean se preparavam para enviá-lo a um país estrangeiro para colocá-lo em segurança. No entanto, a demora das instituições públicas do país para emitir documentos permitiu que os assassinos da Polícia Nacional do Haiti (PNH) agissem em criminosa impunidade.

Esse odioso assassinato ocorre oito meses depois destes dois crimes que relembramos para a opinião pública nacional e internacional:

- No sábado, 13 de agosto de 2016, às 15h30, no bairro popular de Fort National (Porto Príncipe), na saída de uma reunião do Moleghaf, um grupo de homens armados assassinou covardemente Siméon Davidtchen, jovem militante de 23 anos do Moleghaf, muito engajado na luta contra as forças de ocupação da ONU (Minustah). Davidtchen já havia sido violentamente agredido e ameaçado pelo policial Jean Maxime.

- No domingo, 21 de agosto, após

ter sido violentamente agredido, David Oxygène, secretário-geral do Moleghaf e figura emblemática da resistência haitiana contra as forças de ocupação da ONU e a dominação do capital transnacional, conseguiu evitar por muito pouco ser morto pelo policial Jean Maxime.

É importante insistir que esses atos de assassinatos e agressões em série contra militantes do Moleghaf se fazem impunemente e com a cumplicidade das autoridades judiciárias e policiais.

O Moleghaf, a organização de Siméon Davidtchen, Romario Dangelo Saint Jean e David Oxygène, é conhecida no Haiti por seu combate em defesa da soberania nacional e pela retirada das tropas da Minustah do Haiti, sem o que o Moleghaf considera que não pode haver condições para o exercício real da democracia.

Mas, independentemente das opiniões políticas que se possa ter sobre essas questões, o assassinato de Davidtchen, o assassinato de Romario Dangelo Saint Jean e a tentativa de assassinato de David Oxygène precisam ser condenados com a maior firmeza por todos aqueles que têm compromisso com a defesa da democracia e dos direitos humanos mais elementares.

Abaixo a ocupação, abaixo a barbárie! Fora ONU!

Em defesa da democracia, contra a barbárie: punição aos responsáveis pelo assassinato de nossos companheiros Siméon Davidtchen, Romario Dangelo Saint Jean e punição do policial Jean Maxime por tentativa de assassinato contra David Oxygène!

Primeiros signatários: Confederação dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado (CTSP) • Escritório dos Advogados Internacionais (BAI) • Instituto pela Justiça e Democracia no Haiti (IJDH) • Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Arte (Syntart) • Movimento dos Estudantes pela Libertação do Haiti (Mela) • Resistên-

acit

ENVIE MENSAGENS

- Por carta:

Ministère de la Justice et de la sécurité publique (MJSP): Av. Charles-Summer 18, Port-au-Prince - Code Postal: HT6113; Inspection Générale de la Police Nationale d'Haïti (PNH): 07 Autoroute de Delmas (zone Delmas 2, Haïti) - Code Postal: HT6120

- Por e-mail:

L'Office Protecteur Citoyen (OPC): opc@protectioncitoyenhaiti.org; opc-haiti@hotmail.com; plainte@rotectioncitoyenhaiti.org

- Cópias para:

ctsp.haiti@yahoo.fr; avokahaiti@aol.com; moleghaf17@yahoo.fr; julioturra@cut.org.br

cia Benoît Batrville • Associação das Vítimas do Cólera de Boucan-Carré • SESP-Sindicato • União Sindical dos Construtores Profissionais do Haiti (USCPH) • Agrupamento das Vítimas do Cólera de Lachapelle • Moleghaf • Movimento Popular Geração Dessalines (MPJD) • Partido Revolucionário para a Organização e o Progresso (Prop) • Direção para Ligação das Organizações de Base e de Sindicatos (Globs) • Movimento Juventude Revolucionária de Paillant (Mojer) • Organização Camponesa para o Desenvolvimento de Nippes (OPPNA).

MENSAGEM DA CUT-BRASIL

Chega de barbárie: Punição para os assassinos de Romario Dangelo Saint-Jean!

Segundo o informe da Confederação dos Trabalhadores dos Setores Públicos e Privados do Haiti (CTSP), membro da Confederação Sindical das Américas (CSA) e da Confederação Sindical Internacional (CSI), do Escritório de Advogados Internacionais (BAI) e de diversas organizações sindicais, estudantis e populares do Haiti, pela segunda vez em menos de um ano, um militante da organização Moleghaf foi assassinado em Porto Príncipe.

Trata-se do jovem Romario Dangelo Saint Jean, de 26 anos – que deixa mulher e um bebê de seis meses –, covardemente assassinado na noite de 18 de abril na Rua Icard, do bairro de Fort National.

Nesse mesmo local foi morto Siméon Davidtchen, em 13 de agosto de 2016. Três dias mais tarde, o próprio Romario foi espancado. Na noite de 21 de agosto, David Oxygène, secretário-geral do Moleghaf, também foi agredido por um policial de nome Jean Maxime, e escapou por pouco da morte.

Mesmo esses assassinatos e ataques tendo sido formalmente denunciados às autoridades policiais e judiciárias do Haiti, nada foi feito para processar os responsáveis e evitar que se perpetuem esses crimes que, claramente, têm o objetivo de intimidar e de impedir o livre exercício do direito à organização e de expressão no Haiti.

Em defesa da democracia, para que cessem esses atos de barbárie, exigimos investigações e sanções contra os responsáveis pelos assassinatos de Siméon Davidtchen, Romario Dangelo Saint Jean e pelas ameaças a David Oxygène.

Antonio Lisboa, secretário de relações internacionais; Julio Turra, diretor executivo; Ariovaldo de Camargo, secretário adjunto de relações internacionais

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br